

Entidades nacionais participam de audiência com o reitor do IFPI para tratar sobre a reintegração de Hellen Oliveira

Nessa quinta-feira, 17/10, o Sindicato dos Técnico-Administrativos do IFPI – SINTAE, juntamente com diversas entidades nacionais, participaram de uma audiência com o Reitor do Instituto Federal do Piauí, Paulo Henrique Gomes de Lima, para tratar sobre a reintegração da psicóloga e dirigente sindical Hellen Oliveira. Na ocasião, também foi protocolado junto ao IFPI, um recurso de reconsideração para que seja revista a exoneração da servidora.

Ao todo 6 sindicatos, 1 central sindical e 1 movimento popular participaram da reunião, são eles: SINTAE-IFPI, Sindicato dos Docentes do IFPI – SINDIFPI, Sindicato dos Técnicos da UFPI – SINTUFPI, Associação dos Docentes da UESPI – ADCESP, Associação Nacional dos Docentes – ANDES (Regional Nordeste I), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE, Central Sindical e Popular – CSP Conlutas e Movimento Mulheres em Luta – MML/PI.

O objetivo da audiência foi de demonstrar jurídica e politicamente a injustiça na exoneração de Hellen Oliveira, tanto devido a erros cometidos pela comissão na condução do processo administrativo disciplinar e na elaboração do relatório final, quanto a demonstrada situação de perseguição e assédio por parte da direção do campus de São Raimundo Nonato-PI.

Para Sergio Rodrigues, membro da direção nacional do SINASEFE, esse caso da demissão da servidora e dirigente sindical do IFPI está sendo discutido nacionalmente em todas as bases de Institutos federais no país, pois é uma situação gravíssima que atenta contra todos os trabalhadores dos IFEs. “Sem dúvida, a campanha de reintegração de Hellen Oliveira terá uma atenção especial por parte do SINASEFE nacional”, destaca Sergio.

O advogado que está acompanhando a defesa, Dr. Delmar Uedes, fez uma avaliação positiva da reunião com o Reitor, pois foi possível apresentar todas as falhas e fragilidades no parecer da comissão disciplinar, bem como mostrar que não houve de fato nenhum tipo de infração cometida que justifique a demissão da servidora.

Nesse momento estamos aguardando a posição da reitoria do IFPI em resposta ao recurso apresentado e também exigindo que seja tenha algum encaminhamento efetivo pela reitoria, para apurar os casos de perseguição e assédio moral no campus de São Raimundo Nonato.

Para a CSP Conlutas, a luta vai continuar e devemos, nos próximos dias, fortalecer ainda mais a campanha pela reintegração em nível nacional junto à autoridades, à justiça e aos Movimentos Sociais. Lutar não é crime!